

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 602/SMA/DLC/2015

INSTRUÇÕES AOS PROPONENTES

O Município de Florianópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos, com sede na Rua Conselheiro Mafra, n. 656, Edifício Aldo Beck, Centro – Florianópolis – SC, requisição de n. **4139/2015** torna público que fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **Menor Preço**, sob o regime de empreitada por menor preço global, segundo as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram e de acordo com a Lei n. 8.666/93.

O limite para recebimento dos envelopes será até:

Data: 07/12/2015

Horário: 14:00 horas

Local: Secretaria Municipal de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos, Rua Conselheiro Mafra, nº 656 Edifício Aldo Beck, 3º andar, sala 301, Centro, Florianópolis/SC.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a *Contratação de empresa especializada para execução de obras do anel viário para corredor de transporte público coletivo – trecho I – segmento sul – Florianópolis-SC*.

1.1. Os licitantes deverão efetuar visita para conhecimento do local em que será executada a obra, em especial as condições para instalação do canteiro de obras e o local de carga e descarga de materiais, não se admitindo, posteriormente, a alegação de desconhecimento de particularidades do local, sob qualquer pretexto (os interessados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Obras, das 13:00 às 18:00 horas, em dias úteis, para verificação do local). Agendar através do telefone 3251-6376, com Engº Daniel Fernandes. (modelo Anexo XIII). A visita deverá ser realizada até o penúltimo dia útil antes da abertura e apresentado dentro do envelope de nº01 (documentação).

2. DA OBTENÇÃO DO EDITAL E HORÁRIO PARA ESCLARECIMENTOS

2.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser encaminhado até 05 (cinco) dias úteis que precedem à reunião de entrega dos envelopes, ou seja, devidamente formulado **por escrito**, e dirigido à Comissão Permanente de Licitações na Secretaria Municipal de Administração – Diretoria de Licitações e Contratos, sito à Rua Conselheiro Mafra, nº 656, Edifício Aldo Beck, 3º andar – sala 303, Setor de Cadastro de Fornecedores, CEP 88010-914, Centro, Florianópolis/SC, Fone – 3251-5922, onde deverá ser protocolizado, no horário das 13:00 às 18:00 horas. Desta mesma forma deverá ser procedido para o caso de **impugnação**, porém neste último caso respeitando o prazo legal.

2.2. Na ocorrência da necessidade de alteração e/ou complementação de informações à presente Licitação, estas serão repassadas a todos os proponentes, através de correspondências circulares ou e-mails, que passarão a integrar o processo licitatório.

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

3. DO PREÇO MÁXIMO

Valor total R\$ **36.636.807,02** (*trinta e seis milhões seiscentos e trinta e seis mil oitocentos e sete reais e dois centavos*).

4. DO PRAZO

O prazo para execução será de 36 (trinta e seis) meses a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

4.1. Previsão de ordem de serviço será por trecho, conforme conveniência da administração pública municipal.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Recursos Próprios (ordinário). Fonte de recurso: 0080.

Recursos Vinculados. Fonte de recurso: 0064.- Ministério das Cidades

6. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação: 2015/901.

Programa de Trabalho: 20.01.15.451.0110.7004.093.

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00.

Destinação: 00001

Rubrica: 4.4.90.51.99.00.00.00.

Dotação: 2015/900.

Programa de trabalho: 20.01.15.451.0110.7004.093.

Elemento de despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00.

Fonte de recurso: 0064-0064 – Ministério das Cidades

Destinação: 00021.

Rubrica: 4.4.90.51.99.00.00.00.

Convênios: Caixa Econômica Federal sob contrato nº CT 0399.209-34/2014 e CT 0409.678-42/2014.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar desta licitação todas as empresas que atuem no ramo de atividade objeto deste edital, e que atendam todas as condições exigidas no presente instrumento, termo de referência e seus respectivos anexos;

7.2. Não será admitida a participação de:

7.2.1. Empresas declaradas inidôneas por ato do poder público, empresas que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar e transacionar com a administração pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93);

7.2.2. Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores, servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista;

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

7.2.3. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

7.2.4. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.

7.2.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;

7.2.6. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

7.2.7. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará na inabilitação do licitante.

7.4. A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste Edital e em seus anexos.

7.5. Será permitida a participação, nesta licitação, de empresas associadas em consórcio, observados os requisitos abaixo:

7.5.1. Compromisso de constituição do consórcio: deverá ser apresentada prova de compromisso de constituição do consórcio, por instrumento público ou particular, do qual constem, em cláusulas próprias:

7.5.1.1. Composição do consórcio;

7.5.1.2. Objetivo do consórcio;

7.5.1.3. Indicação da empresa líder do consórcio;

7.5.1.4. Compromissos e obrigações dos consorciados, dentre os quais o de que cada um deles responderá, individual e solidariamente, por suas obrigações que vierem a ser contratadas com o consórcio;

7.5.1.5. Compromisso expresso de responsabilidade solidária dos consorciados, pelos atos praticados sob o consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual contrato;

7.5.1.6. Compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência do Município de Florianópolis, até o recebimento definitivo dos serviços que vierem a ser contratados;

7.5.1.7. Compromissos e obrigações de cada um dos consorciados individualmente, em relação ao objeto desta licitação;

7.5.1.8. Vigência do consórcio por um prazo, no mínimo, 06 (seis) meses superior ao do término dos serviços;

7.5.1.9. As empresas participantes do consórcio deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato, eventualmente decorrente da licitação, o consórcio devidamente constituído, com CNPJ próprio e registro na Junta Comercial competente, nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei nº: 6.404/76.

7.5.1.10. Indicação da pessoa física que representará, legalmente, o consórcio perante a Contratante.

7.6. Disposições Gerais para o Consórcio

7.6.1. No caso de participação de consórcio, as pastas / envelopes serão apresentadas em nome do consórcio;

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

7.6.2. Cada proponente consorciada deverá atender às condições de habilitação dos itens 11, 12, 13 e 15, exceto quanto a:

7.6.2.1. Para comprovação de capital social, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, deverá ser de no mínimo 30% (quarenta por cento).

7.6.3. As declarações exigidas no item 15 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, subitens 15.1. e 15.6. Deverá ser assinadas e rubricadas pelo representante legal do consórcio, indicado conforme item 7.5.1.9.

7.6.4. A empresa consorciada ficará impedida de participar de outro consórcio ou de concorrer isoladamente na presente licitação.

8. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

8.1. Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública desta Concorrência, a licitante interessada, ou seu representante, deverá identificar-se e, no caso de representante, este deverá comprovar o credenciamento e os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame.

8.2. Para comprovar a condição de interessado ou a qualidade de representante da licitante, o credenciado entregará a Comissão:

8.2.1. Documento de identidade de fé pública;

8.2.2. Se representante (preposto/procurador):

8.2.2.1. Cópia autenticada do contrato social;

8.2.2.2. Estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante

8.2.2.3. Procuração pública ou particular com firma reconhecida, com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases, e todos os demais atos, em nome da licitante;

8.2.2.4. Cópia da cédula de identidade;

8.2.2.5. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

8.2.3. Se dirigente/proprietário:

8.2.3.1. Cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante, no qual estejam expressos os seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

8.2.3.2. Cópia da cédula de identidade;

8.2.3.3. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

9. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9.1. Os proponentes deverão apresentar os documentos relativos à habilitação e proposta de preços, separadamente, em envelopes fechados, lacrados e rubricados no fecho, sendo que, deverá ser apresentado o envelope com a proposta de preço, devidamente identificado com o nome da licitante e obrigatoriamente contendo a seguintes informações na parte frontal:

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

ENVELOPE Nº 1

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 602/SMA/DLC/2015

DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

VENCIMENTO: 07/12/2015 às 14:00 HORAS

ENVELOPE Nº 2

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 602/SMA/DLC/2015

DA PROPOSTA DE PREÇOS

VENCIMENTO: 07/12/2015 às 14:00 HORAS

9.2. Será admitida a remessa dos envelopes pelos Correios, desde que recebidos no protocolo do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º andar, sala 303, Centro, Florianópolis/SC) até a data e horário estipulados para a entrega. Neste caso, todos os envelopes deverão estar dentro de outro envelope, devidamente identificados.

10. DA DOCUMENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1)

10.1. Os documentos necessários para habilitação deverão ser entregues em 01 (uma) via, numerados sequencialmente, rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto e preferencialmente acompanhando o rol dos documentos entregues, devendo ser apresentados:

10.1.1. Em original, ou;

10.1.2. Cópia autenticada por Cartório, ou;

10.1.3. Cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais na data da abertura, para conferência por membro da Comissão Permanente de Licitações, ou;

10.1.4. Exemplar da publicação em órgão da imprensa oficial.

10.2. A documentação exigida deverá estar atualizada, legível e em condições de análise por parte da Comissão Permanente de Licitações.

10.3. A documentação exigida deverá estar em nome da licitante e, preferencialmente com o número do CNPJ, e endereço respectivo, conforme abaixo:

10.3.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.3.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

10.3.3. Se a licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente.

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

10.4. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02, desde que sua veracidade seja confirmada pela Comissão de Licitações.

10.5. A documentação exigida deverá apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias da data da emissão.

10.6. A documentação para fins de habilitação, a ser inclusa no respectivo envelope (Envelope nº 1 – Documentos de Habilitação), será composta de:

10.6.1. Habilitação Jurídica;

10.6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;

10.6.3. Qualificação Econômico-Financeira;

10.6.4. Qualificação Técnica;

10.6.5. Documentação Complementar.

11. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1. Cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do sócio ou representante legal;

11.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

11.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir ou Certificado de Registro Cadastral - CRC compatível com o ramo do objeto da Licitação;

12. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.2. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);

12.3. Certidão Negativa de Débito (C.N.D.), junto a Previdência Social, expedida pelo INSS;

12.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do Licitante, através das seguintes Certidões:

12.4.1. Certidão de Quitação de Tributos Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal;

12.4.2. Certidão Negativa de Débito Estadual;

12.4.3. Certidão Negativa de Débito Municipal;

12.5. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

12.6. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar a declaração, bem como Certidão Simplificada, atualizada (do ano em curso) de inscrição na Junta Comercial do Estado, com a designação do porte (ME ou EPP), de acordo com o inciso III, do art. 28, da Lei Municipal nº 8.134, de 15 de janeiro de 2010. Deverá apresentar, também, Balanço Patrimonial do último exercício (2014) devidamente registrado e Demonstração do Resultado do Exercício, para ser analisada a Receita Bruta.

12.7. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar no envelope de habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal, todavia, apresentada a documentação constante no item anterior, eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06 de 14.12.2006.

13. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

13.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2014), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

13.2. As empresas sujeitas à apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), poderão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital o Balanço Patrimonial a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital e o Termo de Autenticação na Junta Comercial, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA);

13.3. O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por ações deverá ser o publicado no Diário Oficial, dentro do prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76 em seu art. 132;

13.4. O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito do “Livro Diário”, indicando-se as folhas do “Livro Diário”, assinadas pelo contador da empresa, acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento, estes devidamente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa. O Balanço e os termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e documentos.

13.5. No caso de empresas constituídas recentemente, estas deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado e as demonstrações contábeis referentes ao período compreendido do início das atividades até data próxima a abertura das propostas.

13.6. A situação financeira da empresa será comprovada através dos seguintes índices (**apresentar os cálculos, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador**):

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Onde:	LG	=	Liquidez Geral
	AC	=	Ativo Circulante
	RLP	=	Realizável a Longo Prazo
	PC	=	Passivo Circulante
	ELP	=	Exigível a Longo Prazo
	LC	=	Liquidez Corrente
	SG	=	Solvência Geral
	AT	=	Ativo Total
	EG	=	Endividamento Geral

13.7. Somente serão habilitadas as licitantes que obtiverem:

$LG \geq 1,00$	$LC \geq 1,00$	$SG \geq 1,00$	$EG \leq 0,80$
----------------	----------------	----------------	----------------

13.8. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

14. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. Certificado de Registro e regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), dentro do seu prazo de validade, bem como do registro de seu Responsável Técnico (Certidão Pessoa Física).

14.2. Atestado de capacidade técnico-operacional, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, Acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por esses Conselhos, que comprove que a licitante tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação, não se admitindo atestado de fiscalização da execução de obras/serviços, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são:

ITEM	UNID.	QUANT.
Execução de pavimento rígido em concreto de cimento Portland com resistência à tração na flexão de 4,5 MPa.	m ³	4.060,00
Execução de sub-base em concreto rolado e/ou base ou sub-base de brita graduada tratada com cimento.	m ³	1.700,00
Construção e/ou recuperação de pontes e/ou viadutos em concreto.	M ²	430,00
Escavação, carga e transporte de material de 3º categoria.	m ³	7.300,00
Sub-base de macadame seco e/ou base de brita graduada simples.	m ³	6.700,00
Concreto betuminoso usinado a quente.	t	5.380,00

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303
CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC
Telefone: (48) 3251-5922
Site: www.pmf.sc.gov.br

14.3. Atestado de capacidade técnica que comprove que o Engenheiro responsável técnico pela obra tenha executado obras/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação.

14.4. A empresa deverá indicar o profissional que será o responsável técnico pela contratação. (Anexo VII).

A empresa deverá indicar também os seguintes profissionais:

- Um (01) engenheiro residente.
- Um (01) técnico ou engenheiro em segurança do trabalho.
- Um (01) laboratorista.

14.5. Comprovação do vínculo dos responsáveis técnicos com a licitante, através da apresentação da carteira de trabalho ou contrato de trabalho, firmados entre ambos.

14.6. Apresentar declaração que se vencedora do certame o material asfáltico utilizado será aplicado no local de execução de acordo com as especificações técnicas exigidas no memorial descritivo e seus anexos e que possui Licença Ambiental de Operação - LAO -, para os equipamentos Usina de Asfalto e Britador e a Licença do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral para a exploração dos materiais pétreos. Documento este (Licença Ambiental) que deverá ser entregue no momento da assinatura do contrato. Em cumprimento ao Artigo 12 - item VII - da Lei 8.666/93 (Impacto Ambiental) e à Constituição Federal no Artigo 225.

14.7. Apresentar relação explícita e declaração formal de disponibilidade para cumprimento do objeto da licitação, de acordo com o que estabelece o §6º, do Artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

- ✓ Instalação de Canteiro;
- ✓ Máquinas e Equipamentos;
- ✓ Pessoal Técnico Especializado;

NOTA: Esta Declaração deverá estar no Envelope nº1 – Habilitação.

14.8. Declaração de que manterá a frente dos serviços, em tempo integral, até o seu recebimento definitivo, o profissional (**residente**) indicado no item “14.4”, admitindo-se a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela Secretaria Municipal de Obras – SMO.

15. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

15.1. Declaração do licitante que concorda com todos os termos e condições do presente edital e dos seus anexos, obtendo para si, sob sua própria responsabilidade, os riscos e ônus de todas as informações que possam ser relevantes e necessárias para a elaboração da proposta e adjudicação do serviço, se vencedora da licitação. (Anexo II);

15.2. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; (Anexo III);

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303
CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC
Telefone: (48) 3251-5922
Site: www.pmf.sc.gov.br

15.3. Declaração do licitante da inexistência de superveniência de fato impeditivo de habilitação, nos termos do artigo 32, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, de que não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, conforme modelo (Anexo IV);

15.4. Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, quando for o caso. (Anexo V);

15.5. Declaração Negativa de Vínculo Empregatício com Órgão ou Entidade Pública. (Anexo VI).

15.6. Declaração indicando o profissional que será o responsável técnico pela obra (Anexo VII)

15.7. A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.

16. DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 2

16.1. As propostas de preços dos proponentes deverão ser entregues em original, em 01 (uma) via datilografada ou digitada, devendo ser assinada, rubricada e numerada em todas as folhas, sem emendas e rasuras, devendo constar:

16.1.1. Planilha Orçamentária com preços unitários e totais expressos em reais;

16.1.2. Cronograma Físico/Financeiro;

16.1.3. Os preços unitários e totais considerados na proposta devem ser expressos em reais e com 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

16.1.4. Deverá ser cotado preço unitário, conforme as especificações técnicas do Edital, já definido nesta Licitação;

16.1.5. Nenhum preço unitário proposto poderá ser superior ao valor do orçamento básico da PMF;

16.1.6. O preço global da proposta não poderá ser superior ao orçamento global da PMF;

16.1.7. Nos preços propostos deverão constar e ser computadas todas as despesas acessórias e necessárias não especificadas neste Edital, relativas aos trabalhos objeto desta Licitação;

16.1.8. A licitante deverá apresentar a composição analítica de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizados na sua proposta.

16.1.9. A licitante não deve incluir em seu BDI as parcelas relativas ao IRPJ e à CSLL, por se constituírem em tributos de natureza direta (ACÓRDÃO Nº 2886/2013 - TCU – PLENÁRIO/SÚMULA TCU Nº. 254/2010).

16.1.10. A licitante deverá definir na proposta qual a modalidade de caução que irá utilizar. Caso não o faça, a Administração utilizará a modalidade caução em moeda corrente nacional (dinheiro).

16.1.11. Não serão aceitas propostas alternativas;

16.1.12. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da abertura do ENVELOPE Nº 2.

16.1.13. Todos os documentos de caráter técnico que integram este processo licitatório deverão estar assinados por profissionais habilitados, acompanhado da menção do título e número da carteira do conselho profissional;

17. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO PROCEDIMENTO

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

17.1. No dia, local e horário indicado na apresentação deste Edital, a Comissão Permanente de Licitações examinará os envelopes contendo a “Documentação” e “Proposta de Preços”, que serão rubricados pela Comissão e pelos proponentes ou seus representantes;

17.2. O preposto da Licitante, para que possa em nome dela manifestar-se, deverá apresentar credencial específica que será entranhada no Processo;

17.3. A Comissão abrirá, em primeiro lugar, os envelopes relativos à documentação de habilitação. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste ato convocatório. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento;

17.4. No caso das microempresas e empresas de pequeno porte proceder-se-á conforme o descrito nos itens 18.4 e seguinte, dando sequência à abertura dos envelopes mesmo que estas apresentem irregularidade na documentação de regularidade fiscal.

17.5. Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes do direito de recorrer, a Comissão devolverá fechados, os envelopes das propostas de preços às licitantes inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subseqüentes, procedendo à abertura dos envelopes "Propostas de Preços" das licitantes habilitadas.

17.6. Os membros da Comissão procederão à rubrica dos documentos relativos a “Proposta de Preços” das licitantes habilitadas

17.7. A Comissão abrirá os envelopes de proposta financeira, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste ato convocatório.

17.8. O resultado do julgamento da licitação será divulgado mediante publicação na Imprensa Oficial, ou, se presentes os representantes das licitantes, no ato em que foi adotada a decisão, poderá ser feita comunicação direta aos interessados e lavrada a respectiva ata.

17.9. Divulgado o resultado da licitação, se todos os licitantes manifestarem expressamente, desistência em interpor recursos ou, depois de transcorrido o prazo sem interposição de recursos ou, ainda, após o julgamento dos recursos interpostos, será encaminhado o processo para homologação da autoridade superior e adjudicação do objeto desta licitação.

17.10. Quando todos os licitantes forem inabilitados, ou todas as propostas técnicas forem desclassificadas, ou ainda, todas as propostas de preços forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar prazo para apresentação de nova documentação ou de novas propostas que atendam às exigências estabelecidas neste Edital, na forma do § 3º do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

17.11. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pela Comissão de Licitação;

17.12. Se por qualquer motivo a abertura dos envelopes não puder ser feita em uma única sessão, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho pelos licitantes e membros da Comissão de Licitação, ficarão em poder do Presidente da Comissão de Licitação até a data e horário oportunamente marcados para outra sessão, a ser previamente divulgado entre os licitantes

17.13. Após a entrega dos envelopes não serão admitidas alegações de erro de cotação dos preços ou nas demais cláusulas ofertadas, bem como na documentação apresentada;

18. DOS CRITÉRIOS PARA FINS DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

18.1. A Comissão Inabilitará a licitante proponente que deixar de atender quaisquer informações solicitadas no Edital;

18.2. A Comissão desclassificará as propostas que:

20.2.1. Não atenderem as exigências do Edital;

20.2.2. Apresentarem preços superiores ao preço máximo indicado no edital;

20.2.3. Contiverem emendas, borrões ou rasuras em qualquer lugar essencial, ou que encerrem condições tidas como essenciais escritas à margem ou fora do seu corpo;

20.2.4. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

18.3. Após o exame das propostas a Comissão declarará vencedora aquela que consignar o menor preço, atendidas as disposições do artigo 48, II, da Lei nº 8666/93.

18.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem a declaração constante no item 12.7 deste edital poderão sanar eventual restrição quanto à comprovação da regularidade fiscal após o julgamento das propostas de preços, sendo concedido o prazo de até dois dias úteis, improrrogáveis, a partir da notificação.

18.5. Nas situações em que duas ou mais propostas de microempresas e empresas de pequeno porte, apresentar o mesmo valor ou duas ou mais propostas de licitantes não enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte apresentar o mesmo valor, a classificação será decidida por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes interessados serão convocados, sendo que a forma como se procederá ao sorteio, será definida pela Comissão, ressalvado o disposto no art. 3º, § 2º da Lei nº 8666/93;

18.6. Nas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte (que apresentarem a declaração constante no item 12.7 deste edital) sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, não enquadrada como microempresas e empresas de pequeno porte, será oportunizado à microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de até 24 horas a partir da notificação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

18.6.1. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 18.4, Serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 18.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

18.6.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

18.7. O resultado do julgamento (habilitação e proposta) será publicado no Diário Oficial do Município (www.pmf.sc.gov.br).

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado de acordo com o contrato

19.2. O pagamento somente será liberado mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal de Florianópolis, Certidão Negativa de Débito do INSS (CND) e Certidão de Regularidade do FGTS.

20. DA CORREÇÃO DOS ERROS

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

20.1. As Propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte maneira:

20.1.1. Nos casos em que houver uma discrepância entre os valores apresentados em números e por extenso, o valor apresentado em números deverá prevalecer;

20.1.2. Nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total, o preço unitário proposto prevalece e será corrigido o valor total obtido pela multiplicação.

20.1.3. Nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas parcelas, prevalecerá o valor somado e corrigido pela Comissão.

20.2. O valor apresentado no texto da Proposta será corrigido pela Comissão de acordo com o procedimento acima e será considerado como o valor a que se obriga o Proponente. Caso o Proponente não aceite o valor apurado na proposta apresentada, a mesma será rejeitada e a licitante desclassificada.

20.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem erros nos preços unitários, pois estes valores são de responsabilidade da proponente.

21. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

21.1. São admissíveis, em qualquer fase da licitação ou da execução das obrigações dela decorrentes, desde que encaminhados à Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Administração - Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º andar – sala 303 – Setor de Cadastro de Fornecedores – Centro/Florianópolis/SC, onde deverá ser protocolizado.

21.2. Do processamento dos recursos:

21.2.1. O recurso será dirigido, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do ato impugnatório, à autoridade superior, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações.

21.2.2. Interposto o recurso, o mesmo será levado ao conhecimento dos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

21.2.3. Decorrido o prazo acima, a Comissão Permanente de Licitações terá 05 (cinco) dias úteis para considerar sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior.

21.2.4. A autoridade superior em 05 (cinco) dias dará sua decisão, após o que, esgotada a fase recursal, e já com a decisão final, o processo irá à autoridade superior para homologação e adjudicação.

21.2.5. Os recursos interpostos na fase de habilitação e na de julgamento das propostas, terão efeito suspensivo.

21.2.6. Os pedidos de recursos deverão observar os seguintes requisitos:

21.2.6.1. Serem datilografados ou digitados e devidamente fundamentados.

21.2.6.2. Serem assinados por representante legal ou por procurador devidamente habilitado.

21.2.7. Os pedidos de recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

21.2.8. Na contagem dos prazos recursais, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Se este cair em dias sem expediente, o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1. O Presidente da Comissão Permanente de Licitações fará a adjudicação à primeira classificada;

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

22.2. Adjudicado o objeto, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações, após decorrido o prazo de interposição de recursos contra a classificação e/ou julgado o interposto, encaminhará os autos ao Secretário Municipal de Administração para fins de deliberação quanto a homologação da adjudicação.

22.3. Para a Adjudicação, a empresa deve apresentar Certidões do INSS e FGTS, caso estiverem vencidas (as apresentadas anteriormente).

23. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

23.1. O adjudicatário deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias, úteis a partir da homologação;

23.2. Fica designado como local para assinatura do contrato, a Secretaria Municipal de Administração – Diretoria de Licitação e Contrato - Rua Conselheiro Mafra, nº 656 – 3º andar – Sala 302 – Centro – Florianópolis/SC.

23.3. A vigência do contrato será de 40 (quarenta) meses iniciando com a assinatura do referido instrumento.

23.4. O contrato poderá ser prorrogado, mediante aditamento na forma da lei, devendo ser observado os recursos previstos no orçamento do exercício financeiro do município.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DO CERTAME LICITATÓRIO

24.1. As sanções administrativas abaixo descritas, aplicáveis durante o certame licitatório e vigência do contrato, estão em conformidade e tem como norte a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

24.2. Se no decorrer da execução do objeto do presente instrumento, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento parcial ou total pelo qual possa ser responsabilizada a Licitante, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas, poderá sofrer as seguintes penalidades:

24.2.1. Advertência escrita, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado;

24.2.2. Multa, pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sendo graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:

24.2.2.1. 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, na recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

24.2.2.2. 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, nos casos de anulação do contrato por culpa da CONTRATADA.

24.2.2.3. 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da etapa do serviço não realizado;

24.2.2.4. 0,66% (sessenta e seis décimos por cento) sobre o valor da etapa do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo;

24.2.2.5. A multa, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei;

24.2.2.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso;

24.2.2.7. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente;

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

24.2.2.8. Não tendo sido prestada a garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta, ou, ainda, se for o caso, cobrar judicialmente;

24.2.2.9. As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

24.2.3. Suspensão, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficando impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro de Fornecedores do Município de Florianópolis, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de:

24.2.3.1. Deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

24.2.3.2. Apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registro em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

24.2.3.3. Retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrado em ata;

24.2.3.4. Não manter a proposta após a adjudicação;

24.2.3.5. Comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

24.2.3.6. Cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

24.2.3.7. Fraudar a execução do contrato;

24.2.3.8. Descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

24.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Florianópolis, que será concedida quando o contratado ressarcir-la pelos prejuízos resultantes da infração e após decorridos 2 (dois) anos no caso de aplicação de suspensão.

24.3. Na aplicação das penalidades previstas neste instrumento a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

24.4. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da empresa.

24.5. Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

24.6. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido o impede de participar de novas licitações pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses junto a este Município, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

24.7. O contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, atendida a conveniência administrativa.

24.8. A critério do Município de Florianópolis caberá rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando a contratada:

24.8.1. Rescindir unilateralmente e imotivadamente o presente contrato ensejando o direito, a outra parte, de cobrança de multa e indenização pelo descumprimento do mesmo no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor total restante previsto à sua plena execução, tendo por base o seu período de vigência;

24.8.2. Não cumprir quaisquer das obrigações contratuais, ou;

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

24.8.3. Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização do Município, ou;

24.8.4. Incidir em outros motivos previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

25.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito à Diretoria de Licitações e Contratos – DLC, mediante requerimento, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

25.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação a presente Concorrência ficarão disponíveis para todos os interessados, na Diretoria de Licitações e Contrato – DLC.

25.3. É facultado a Comissão de Licitações ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

25.5. Não será permitida a subcontratação dos itens exigidos na qualificação técnica deste edital.

25.6. A Secretaria Municipal de Administração poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.7. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, §4º, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

25.8. Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pela Secretaria Municipal de Administração– Diretoria de Licitações e Contrato – DLC, mediante protocolo dos questionamentos na Rua Conselheiro Mafra, nº 656, sala 303, 3º andar, Centro, Florianópolis/SC, de segunda à sexta-feira, das 13:00h às 18:00h, em dias úteis, ou através do fax n. (48) 3251-5917 e e-mail: dirdlcc@pmf.sc.gov.br.

25.9. Cópia deste Edital e de seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, através do site www.pmf.sc.gov.br.

25.10. As Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos deverão ser retirados por meio de cópia eletrônica, na Secretaria Municipal da Administração – Diretoria de Licitações e Contratos, sito a Rua Conselheiro Mafra, nº 656, Ed. Aldo Beck, 3º andar sala 303 - Centro - Florianópolis. Para tanto as empresas deverão estar munidas de Pen Drive ou CD para cópia, em quantidade compatível.

25.11. O Município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias desta licitação, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

25.12. Fica eleito o foro da Comarca da Capital, Florianópolis - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.

25.13. Constituem Anexos do presente Edital:

25.13.1. Especificação do Objeto (Anexo I);

25.13.2. Declaração de Concordância com os Termos do Edital e seus Anexos (Anexo II);

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

- 25.13.3. Declaração que cumpre o inciso XXXIII do artigo 7º da CF (Anexo III);
 - 25.13.4. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente e Impeditivo (Anexo IV);
 - 25.13.5. Declaração Comprobatória de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo V);
 - 25.13.6. Declaração Negativa de Vínculo Empregatício com Órgão ou Entidade Pública (Anexo VI);
 - 25.13.7. Declaração indicando o profissional que será o responsável técnico pela obra (Anexo VII);
 - 25.13.8. BDI (modelo anexo VIII).
 - 25.13.9. Minuta de Contrato (Anexo IX);
 - 25.13.10. Planilha Orçamentária (anexo X);
 - 25.13.11. Cronograma Físico/Financeiro (anexo XI);
 - 25.13.12. Projeto e Memorial Descritivo (anexo XII)
 - 25.13.13. Atestado de visita técnica (anexo XIII);
- 25.14. O Município reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, ou anular, ou revogar a presente licitação, sem que isso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização de qualquer natureza.
- 25.15. Nos casos omissos, prevalecerão os termos da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações.

Florianópolis 04 de novembro de 2015.

Gustavo Miroski
Secretário Municipal da Administração

CONCORRÊNCIA Nº 602/SMA/DLC/2015

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
01	01	OBRA/SERVIÇO	<i>Contratação de empresa especializada para execução de obras do anel viário para corredor de transporte público coletivo – trecho I – segmento sul – Florianópolis-SC.</i>

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

CONCORRÊNCIA Nº 602/SMA/DLC/2015

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Ao Edital de Concorrência Nº 602/SMA/DLC/2015

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

DECLARAMOS, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis, que a empresa [NOME DA EMPRESA] **CONCORDA** plenamente com todos os termos deste edital e seus respectivos anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e
assinatura devidamente identificada do proponente local da empresa licitante.

CONCORRÊNCIA Nº 602/SMA/DLC/2015

ANEXO III

DECLARAÇÃO QUE CUMPRE O INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF

Ao Edital de Concorrência Nº 602/SMA/DLC/2015

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

DECLARAMOS, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que a empresa [NOME DA EMPRESA], em cumprimento ao disposto no inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93, cumpre o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, **não** promovendo o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e
assinatura devidamente identificada do proponente local da empresa licitante.

CONCORRÊNCIA Nº 602/SMA/DLC/2015

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO

Ao Edital de Concorrência Nº 602/SMA/DLC/2015

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

DECLARAMOS, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que a empresa [NOME DA EMPRESA] **não** foi declarada inidônea e **não** está suspensa em nenhum órgão público, federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 32 § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Florianópolis, __ de _____ de 2015.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e
assinatura devidamente identificada do proponente local da empresa licitante.

CONCORRÊNCIA Nº 602/SMA/DLC/2015

ANEXO V

**DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ao Edital de Concorrência Nº602/SMA/DLC/2015

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

DECLARAMOS, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, que a empresa [NOME DA EMPRESA], está enquadrada na categoria [EPP ou ME] (Pequeno Porte ou Microempresa), bem como **não** está incluída nas hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e
assinatura devidamente identificada do proponente local da empresa licitante.

CONCORRÊNCIA Nº 602/SMA/DLC/2015

ANEXO VI

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

Ao Edital de Concorrência Nº 602/SMA/DLC/2015

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

DECLARAMOS, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que os dirigentes, sócios e gerentes da empresa [NOME DA EMPRESA], **não** mantêm vínculo empregatício com a Administração Pública direta e indireta das esferas Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, nem com empresas subsidiadas ou controladas pelos entes Federados acima mencionados.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e
assinatura devidamente identificada do proponente local da empresa licitante.

CONCORRÊNCIA Nº 602/SMA/DLC/2015

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ao Edital de Concorrência Nº 602/SMA/DLC/2015

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

A Empresa [NOME DA EMPRESA], por seu representante legal, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, caso esta empresa logre vencer a presente licitação, que o profissional [NOME DO PROFISSIONAL], inscrito no CREA, sob o número [NÚMERO], será o responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços licitados.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e
assinatura devidamente identificada do proponente local da empresa licitante.

CONCORRÊNCIA Nº 602/SMA/DLC/2015

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº. 2015

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORIANÓPOLIS, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E A
EMPRESA.**

O Município de Florianópolis, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, inscrita (o) no CNPJ sob o nº __, com sede na Rua _ nº __, Florianópolis / SC, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo seu(ua) Secretário(a) Sr.(a) _____, CPF sob nº __, e de outro lado à _____, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ sob o nº __, estabelecida na _____ nº __, _ / __, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, CPF sob nº __, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente do Processo de Licitação **Concorrência nº602/SMA/DLC/2015**, homologado em __/__/__, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8883/94 e 9648/98, ao edital antes citado, à proposta da contratada e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de obras do anel viário para corredor de transporte público coletivo – trecho I – segmento sul – Florianópolis-SC.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Licitação Concorrência 602/SMA/DLC/2015, bem como a proposta da CONTRATADA, os anexos e os pareceres que formam o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Normas de Especificação da ABNT, Concorrência nº 602/SMA/DLC/2015, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3. O objeto do presente contrato será realizado sob a forma de empreitada por preço global.

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O valor do presente contrato a preços iniciais é de R\$: 36.636.807,02 (trinta e seis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, oitocentos e sete reais e dois centavos).
- 4.2. A medição dos serviços efetivamente realizados será feito entre os dias primeiro e último de cada mês;
- 4.3. Os serviços efetivamente executados e medidos serão pagos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data final do período de aferição.
- 4.4. As medições serão elaboradas com base no cronograma físico-financeiro, parte integrante deste Edital.
- 4.5. A parcela fonte da obra considerada incompleta, defeituosa ou fora das especificações do projeto, assim como das normas técnicas, não será objeto de medição;
- 4.6. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida;
- 4.7. No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a Prefeitura, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de Tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

- 5.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 meses.
- 5.2. Os preços dos serviços a executar e que não estiverem em atraso no cronograma físico, serão reajustados anualmente, a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da contratação, pela variação ocorrida desde a entrega dos envelopes, utilizando o índice da coluna 35 do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificação da FGV, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- R = valor do reajuste procurado;
- V = valor contratual do item a ser reajustado;
- Io = índice inicial – índice da coluna 35 do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificação da FGV do mês anterior ao da entrega dos envelopes;
- I = índice relativo à data do reajuste – índice da coluna 35 do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificação da FGV do mês anterior ao mês em que o contrato completar um ano da contratação ou nos anos subsequentes.
- 5.2.1. As etapas que estiverem em atraso por culpa do contratado no momento do reajuste, não sofrerão alteração dos preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO

- 6.1. A vigência do contrato será de 40 (quarenta) meses iniciando com a assinatura do referido instrumento.
- 6.2. O prazo para de execução é de **36 (trinta e seis) meses** a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

6.3. O andamento dos serviços seguirá rigorosamente o cronograma físico-financeiro, apresentado pela CONTRATADA, na sua proposta.

6.4. Conforme conveniência da administração pública municipal a ordem de serviço poderá ser emitida parcialmente por trecho.

6.5. Concluída a obra, em 15 (quinze) dias, após a comunicação escrita da CONTRATADA, será firmado pelas partes o Termo de Recebimento Provisório.

6.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 60 (sessenta) dias após a comprovação de que o objeto foi executado na forma estipulada neste contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

7. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente da Secretaria Municipal de Obras, na dotação orçamentária: Dotação: 2015/900; Fonte de Recurso: 0064-0064; Programa de Trabalho: 20.01.15.451.0110.7004.093; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00; Rubrica: 4.4.90.51.99.00.00.00.

Dotação: 2015/901; Fonte de Recurso: 0080-0080; Programa de Trabalho: 20.01.15.451.0110.7004.093; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00; Rubrica: 4.4.90.51.99.00.00.00.

Convênios: Caixa Econômica Federal sob contrato nº CT 0399.209-34/2014 e CT 0409.678-42/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos no presente contrato a CONTRATADA concorda que seja depositado a título de caução à importância equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do mesmo, através da seguinte modalidade: _____.

8.2. O total depositado só será restituído à CONTRATADA depois de liquidados os compromissos que assume neste contrato e obtido Termo de Recebimento Definitivo.

8.3. A caução será liberada até 15 (quinze) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, devidamente corrigida.

8.4. A CONTRATADA estará sujeita a perda da caução, se na execução do objeto, descumprir a proposta, este contrato e seus anexos.

8.5. Na hipótese de a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso fica a CONTRATANTE autorizada a sacar em seu favor, total ou parcialmente, os valores depositados a título de caução.

CLÁUSULA NONA - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente, quanto às obrigações previdenciárias, trabalhistas, de segurança, tributária, administrativa e civil.

9.2. É de total responsabilidade da CONTRATADA, a observância das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em efetivo funcionamento, durante a execução do objeto deste contrato.

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

9.3. As multas ou outras penalidades impostas à CONTRATADA pela Superintendência Regional do Trabalho deverão ser pagas pela mesma.

9.4. Atrasos no cronograma, decorrentes de penalidades impostas por infração, não serão considerados, em hipótese alguma motivo de força maior.

9.5. A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação e permanência no serviço prejudique a execução do objeto, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

10.1. O material necessário à execução do objeto deste contrato será fornecido pela CONTRATADA, de acordo com as exigências técnicas e principalmente, qualidade.

10.2. A CONTRATADA colocará à disposição da obra todo o equipamento necessário em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga ainda a:

11.1. Responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto executado, mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, durante o prazo irredutível de cinco anos, conforme prevê art. 618 da Lei nº 10.406/2002.

11.2. Assumir integral responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CONTRATANTE de qualquer reclamação resultante de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

11.3. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE, no local de execução do objeto para representá-la durante a execução.

11.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato ou parte dele, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.

11.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

11.6. A arcar com a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.

11.7. Pagar os ensaios, testes e demais provas, exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

11.8. Deter o ônus pela solidez e segurança do objeto deste contrato, assim como pela responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela lei, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo.

11.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido impedi-lo-á de participar de novas licitações pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses junto ao Município, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

12.2. As sanções administrativas abaixo descritas, aplicáveis durante o certame licitatório e vigência do contrato, estão em conformidade e tem como norte a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

12.3. Se no decorrer da execução do objeto do presente instrumento, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento parcial ou total pelo qual possa ser responsabilizada a Licitante, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas, poderá sofrer as seguintes penalidades:

12.3.1. Advertência escrita, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado;

12.3.2. Multa, pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sendo graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:

12.3.2.1. 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, na recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

12.3.2.2. 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, nos casos de anulação do contrato por culpa da CONTRATADA.

12.3.2.3. 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da etapa do serviço não realizado;

12.3.2.4. 0,66% (sessenta e seis décimos por cento) sobre o valor da etapa do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo;

12.3.2.5. A multa, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei;

12.3.2.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso;

12.3.2.7. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente;

12.3.2.8. Não tendo sido prestada a garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta, ou, ainda, se for o caso, cobrar judicialmente;

12.3.2.9. As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12.3.3. Suspensão, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficando impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro de Fornecedores do Município de Florianópolis, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de:

12.3.3.1. Deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

12.3.3.2. Apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registro em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

12.3.3.3. Retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrado em ata;

12.3.3.4. Não manter a proposta após a adjudicação;

12.3.3.5. Comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

12.3.3.6. Cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

12.3.3.7. Fraudar a execução do contrato;

12.3.3.8. Descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Florianópolis, que será concedida quando o contratado ressarcir-la pelos prejuízos resultantes da infração e após decorridos 2 (dois) anos no caso de aplicação de suspensão.

12.4. Na aplicação das penalidades previstas neste instrumento a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.5. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da empresa.

12.6. Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.7. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido o impede de participar de novas licitações pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses junto a este Município, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

12.8 O contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, atendida a conveniência administrativa.

12.9. A critério do Município de Florianópolis caberá rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando a contratada:

12.9.1. Rescindir unilateralmente e imotivadamente o presente contrato ensejando o direito, a outra parte, de cobrança de multa e indenização pelo descumprimento do mesmo no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor total restante previsto à sua plena execução, tendo por base o seu período de vigência;

12.9.2. Não cumprir quaisquer das obrigações contratuais, ou;

12.9.3. Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização do Município, ou;

12.9.4. Incidir em outros motivos previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

13. Neste contrato, são conferidas à CONTRATANTE as prerrogativas de:

13.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

13.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nas hipóteses da declaração de nulidade do Contrato.

13.3. Fiscalizar a sua execução, diretamente, por preposto ou através de entidade conveniada ou CONTRATADA.

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

13.4. Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado.

13.5. Ocupar, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoais e serviços vinculados ao seu objeto, visando acautelá-los a apuração administrativa de faltas contratuais, praticadas pela CONTRATADA, bem como na hipótese de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

14.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE:

14.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

14.1.2. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

14.2. Por acordo das partes:

14.2.1. Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

14.2.2. Quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

14.2.3. Quando necessário à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado.

14.3. Ocorrendo supressão do objeto, e caso a CONTRATADA já houver adquirido materiais e posto no local da execução da obra a CONTRATANTE deverá pagá-los pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos podendo caber-lhe indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

14.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

14.5. Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da CONTRATADA a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

14.6. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da CONTRATADA.

14.7. Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico-financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

14.8. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação deste Contrato, o cronograma de execução será prorrogado por igual prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15. O presente Contrato poderá ser rescindido:

15.1. De forma amigável, por acordo entre as partes, desde que haja autorização escrita e fundamentada do(a) Secretário(a) / Ordenador(a) _____ e conveniência para o município.

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

15.2. Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, desde que motivado, assegurado o contraditório e ampla defesa, precedido de autorização escrita e fundamentada do (a) Secretário (a) / Ordenador(a) _____ e com base nos seguintes motivos:

15.2.1. O não cumprimento pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

15.2.2. O cumprimento irregular pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

15.2.3. A lentidão da CONTRATADA no seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra nos prazos estipulados;

15.2.4. O atraso injustificado da CONTRATADA no início das obras;

15.2.5. A paralisação pela CONTRATADA da obra, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

15.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação de CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato;

15.2.7. O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares do servidor designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.2.8. O cometimento reiterado pela CONTRATADA de faltas na sua execução, anotadas pelo servidor designado pela CONTRATANTE;

15.2.9. A decretação de falência da CONTRATADA;

15.2.10. A dissolução da CONTRATADA;

15.2.11. A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste contrato;

15.2.12. Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância a amplo conhecimento, justificada e determinada pelo (a) Secretário (a) / Ordenador(a) _____ e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;

15.2.13. A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução deste contrato.

15.3. A rescisão com fundamento no item anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízos de outras, previstas na Lei Nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada pelas Leis nºs. 8883/94 e 9648/98;

15.3.1. Assunção imediata pela CONTRATANTE do objeto deste contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE e execução direta ou indireta;

15.3.2. Ocupação e utilização pela CONTRATANTE do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados, precedida de autorização do Prefeito, podendo a CONTRATANTE dar continuidades à execução direta ou indiretamente;

15.3.3. Saque pela CONTRATANTE dos valores retidos em caução, bem como dos seus acréscimos, para ressarcimento de eventuais prejuízos e despesas havidas com a rescisão.

15.4. Por ato da CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para a rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a CONTRATANTE:

15.4.1. Não cumprir cláusulas deste contrato;

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

15.4.2. Cumprir irregularmente cláusulas contratuais;

15.4.3. Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento);

15.4.4. Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do (a) Secretário(a) / Ordenador(a) _____, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou ainda, repetir suspensão que totalizem o mesmo prazo;

15.4.5. Atrasar por mais de 90 (noventa) dias os pagamentos devidos relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, ficando assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação;

15.4.6. Não liberar a área, o local ou objeto para a execução do contrato, nos prazos pactuados, bem como as fontes naturais de materiais específicos no projeto;

15.4.7. Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada e que impeça a execução deste contrato;

15.4.8. Alegar razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo (a) Secretário(a) / Ordenador(a) _____;

15.5. Fundamentada a rescisão em um dos itens 15.4.3. a 15.4.8 deste contrato e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

15.5.1. Devolução das importâncias depositadas a título de caução;

15.5.2. Pagamento devido pelo que já estiver executado do objeto contratual até a data da rescisão;

15.5.3. Pagamento do custo da desmobilização, mediante a efetiva comprovação.

15.6. A CONTRATANTE rejeitará no todo ou em parte, o objeto ou parcela dele, cuja execução tenha sido realizada em desacordo com este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

16.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

16.2. A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa a nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

17. Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação Concorrência 602/SMA/DLC/2015, e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Diretoria de Licitações e Contratos

Rua Conselheiro Mafra, nº 656, 3º Andar - sala 303

CEP 88.010-102 - Centro - Florianópolis - SC

Telefone: (48) 3251-5922

Site: www.pmf.sc.gov.br

18. As partes elegem o foro da Comarca de Florianópolis para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS SEGUROS

19.1. A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal, das instalações de serviços colocadas a sua disposição e de todos os equipamentos/materiais, veículos que utilizar na execução dos serviços previstos neste contrato.

19.2. A cobertura de seguro previsto neste contrato não exclui ou diminuem, em nenhum caso, as obrigações e responsabilidade da CONTRATADA, assumida em razão do contrato ou por força de Lei, ficando a CONTRATADA plenamente responsável, por quaisquer perdas e danos não cobertos por seguro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

20. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei Nº 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas Leis Nº. 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.98, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E, por estarem de acordo, as partes, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual forma e teor, com o De acordo do Assessor Jurídico da Contratante, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis, _ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ASSESSOR JURÍDICO DA CONTRATANTE

OAB / SC nº

ANEXO XIII

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA 602/SMA/2015

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para execução de obras do anel viário para corredor de transporte público coletivo – trecho I – segmento sul – Florianópolis-SC.*

PRAZO DE EXECUÇÃO: 36 (trinta e seis) meses.

Através do presente, a empresa _____(nome) _____, CNPJ nº, _____, com sede na _____(rua, avenida)_____, nº _____, neste ato representada por seu representante legal / procurador, que ao final subscreve, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que efetuou vistoria no endereço objeto do presente edital, que se realizou através do Eng _____ RG_____, e tem pleno conhecimento das condições para execução dos serviços, inclusive quanto suas dimensões físicas e riscos, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do contrato, bem assim, declara que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos equipamentos necessários à execução da obra contratada em conformidade com o Termo de Referência/Especificações do Edital.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

(representante legal / procurador)

(nome)

(RG)

(cargo)

Vistoria Monitorada:

Engenheiro PMF